

# QUEBRA DE DECORO

Deputados e senadores tentam aprovar a toque de caixa projetos que obrigam votações abertas em processos por quebra de decoro. Só indicação de ministros ao Supremo deverá continuar sob sigilo

## Pressa para acabar com voto secreto

IZABELLE TORRES  
DA EQUIPE DO CORREIO

O Congresso Nacional viveu ontem um dia de mobilização contra o voto secreto. No Senado, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou que apresenta hoje um substitutivo às duas propostas de emenda à Constituição (PECs) das quais é relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Um acordo entre os integrantes da comissão vai garantir que o substitutivo do tucano entre na pauta de votação na sessão marcada para as 10h.

As duas propostas relatadas pelo parlamentar tratam do fim do voto secreto e se diferenciam na abrangência da proibição do sigilo das votações. Uma delas, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), determina a abertura dos votos apenas nas sessões que deliberem sobre cassações de mandatos. Mais amplo, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) proíbe qualquer tipo de votação secreta no Senado. Jereissati afirmou que vai declarar um dos projetos prejudicado e apresentar o substitutivo à outra proposição. Pela proposta do tucano, o voto será secreto somente nos casos de indicação de juizes para compor o Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Meu parecer amplia o que defende Álvaro Dias e reduz o que propôs o senador Paim. Na minha avaliação, as indicações dos juizes podem

continuar secretas, mas todos os outros assuntos devem ser votados de maneira transparente", anunciou o tucano.

### Partidos

Na Câmara, a mobilização foi dos deputados da Frente Parlamentar pelo Fim do Voto Secreto. Em uma solenidade que contou com a presença de entidades ligadas à Igreja e à sociedade civil, parlamentares de diversos partidos lançaram a frente, que tem como objetivo mobilizar os colegas para a votação da PEC 349/01 em segundo turno. Até amanhã, o presidente do grupo, Ivan Valente (PSol-SP), pretende recolher 200 assinaturas necessárias para que a frente seja oficializada.

A PEC 349/01 acaba com o voto secreto nos legislativos federal, estadual e municipal. O projeto foi votado em primeiro turno em setembro do ano passado, obtendo 393 votos a favor e nenhum contra. Desde o início do ano, a PEC já entrou na pauta por seis vezes, mas não houve acordo para concluir a votação. "Nesse meio-tempo, várias crises abalaram o Congresso Nacional. Agora o Parlamento precisa dar uma resposta à sociedade urgentemente", afirmou Ivan Valente.

Para tentar acabar com as sessões secretas no Senado, o PSol entrou ontem com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo contra o artigo do Regimento Interno que permite que os julgamentos de cassações de mandatos parlamentares ocorram de forma sigilosa.

Daniel Ferreira/CB



JEREISSATI (D), COM VIANA: "AS INDICAÇÕES DOS JUÍZES PODEM CONTINUAR SECRETAS, MAS TODOS OS OUTROS ASSUNTOS DEVEM TER VOTAÇÕES TRANSPARENTES"

### Mandato é de Rosalba

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou recurso que pedia a cassação da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Por quatro votos a dois, os ministros do TSE entenderam que não houve abuso dos meios de comunicação para promoção de candidatura e que a aparição da senadora na televisão não interferiu no resultado da eleição, da qual ela foi vencedora com 44,28% dos votos válidos.

O julgamento se arrastava no TSE desde 26 de junho, quando já havia três votos a favor da

absolvição da senadora. A sessão foi retomada em 9 de agosto e, quando havia outros três votos pela cassação, foi interrompida pelo pedido de vista do ministro Menezes Direito. O processo foi devolvido pelo ministro em 28 de agosto, mas teve de ser interrompido outra vez porque o ministro Marco Aurélio Mello declarou Direito impedido de deliberar sobre o processo. O presidente do tribunal destacou que qualquer que fosse a posição de Direito sobre o processo poderia haver interferência na sabatina que sofreria no dia seguinte pelos senadores, antes de ser confirmado para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). O suplente de Direito, Felix

Fischer, foi convocado para deliberar sobre a matéria.

A permanência de Rosalba representa uma derrota para o presidente do Senado, Renan Calheiros, que deixa de ganhar um aliado para as votações dos outros três processos que tramitam contra ele no Conselho de Ética da Casa. O substituto da senadora seria o segundo colocado no pleito, o ex-senador Fernando Bezerra (PTB-RB). Ex-líder do governo no Congresso, Bezerra é um declarado amigo de Renan.

O recurso contra a senadora foi ajuizado por Fernando Bezerra. Candidato derrotado na reeleição para o Senado, o ex-parlamentar alegou que a candidata fez uso abusivo e

antecipado dos meios de comunicação para divulgar sua candidatura. Segundo argumento da acusação, de janeiro a maio de 2006 Rosalba teria aparecido 64 vezes na televisão de propriedade de seu aliado, senador José Agripino Maia (DEM-RN). Para Bezerra, o alto número de entrevistas teria favorecido a candidata, que venceu o pleito com uma diferença de 11 mil votos em relação a ele. "Não vi qualquer indício de que a aparição da acusada na mídia pudesse interferir no resultado. Até porque acredito que o adversário político da senadora também tenha aparecido na mídia durante a campanha", disse o ministro Felix Fischer, o último ministro a votar. (IT)